

A INSERÇÃO DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA. FILHO DE PEQUENO AGRICULTOR. NO MUNDO DO TRABALHO: A TENSÃO ENTRE O (AINDA) RURAL E O URBANO*

Ari Paulo Jantsch¹

Márcia Santos de Souza²

Resumo

O texto busca explicitar alguns resultados da pesquisa "Meio rural: quando a saída é a saída", realizada na Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa diz respeito aos formandos de dezembro de 1995 do Colégio Agrícola de Camboriú, localizado na microrregião geográfica de Itajaí, SC. O objetivo geral da pesquisa é estudar a inserção do egresso do Curso de Técnico em Agropecuária no mundo do trabalho. O problema investigado diz respeito ao binômio desconstrução do real tradicionalmente rural e a redefinição do mundo do trabalho. O texto visualiza uma problemática inserção urbanizada do recém Técnico em Agropecuária. Considera-se que esta contingência esteja relacionada ao fato desse profissional ter sua formação voltada para a área rural, assim como sua história de vida, ao mesmo tempo em que é no meio urbano que ocorre a sua inserção no mercado de trabalho. O meio urbano torna-se o espaço "escolhido", entre outros fatores, devido à precariedade que o meio rural oferta a esse profissional, tanto a nível de trabalho quanto de condições de existência. A pesquisa assume, também, compromisso político com os excluídos ou marginalmente incluídos. Assim, o recorte repousa sobre os filhos dos pequenos agricultores. Ressaltamos que os dados levantados subsidiam um repensar da atuação do Estado na questão do trabalho.

Palavras-chave: Ambiente rural, Técnico agrícola, Agricultura familiar.

* Este texto foi apresentado na 22ª Reunião Anual da ANPED (26-30 set. 1999), em Caxambu, MG, na categoria "Pôster" e vinculado ao GT Educação e Trabalho.

¹ Doutor em Educação, atua como professor no PPGE da UFSC.

² Mestre em Educação, atua como pedagoga e psicóloga no CAC-UFSC.

Abstract

The text tries to make explicit some results of the research "Rural Environment: When the Expedient is the Exit", performed at UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). The research is directed to the graduates of December 1995 at Colégio Agrícola de Camboriú, situated in the geographical micro-region of Itajaí, SC. The general aim of the research is to study the insertion of the egress from the "Technician in Agriculture Course" into the labor's world. The issue is related to the binomial deconstruction of the real, traditionally rural, and the re-definition of the labor's world. The text visualizes a problematic urbanized insertion of the New-technician in Agriculture. The research assumes that this situation is related to the fact that this kind of professional has got his/her education directed to the rural area, according to his/her history of life. At the same time, it is into the urban environment that his/her insertion in the labor's world is performed. The urban environment becomes the "chosen" space among other factors, due to the precarity offered by the rural environment, either at the level of labor or at the existence conditions. The research also assumes a political engagement in relation to the excluded people or the just marginally included ones. In so doing, the outline is related to the small farmers' sons. We emphasize that the collected data are subsidiary for a re-thinking of the Estate performance about the issue of labor.

Keywords: Rural environment, Agriculture technician, Familiar agriculture.

1 INTRODUÇÃO

Dado o caráter de artigo, o presente texto objetiva explicitar, sucintamente, os primeiros resultados da pesquisa (teórica e de campo) "Meio rural: quando a saída é a saída", realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo geral da mesma é estudar a inserção do egresso do Curso de Técnico em Agropecuária no mundo do trabalho, assim, a pesquisa diz respeito aos formandos de dezembro de 1995 do Colégio Agrícola de Camboriú, localizado na microrregião geográfica de Itajaí, SC. Dada a extensão da pesquisa e o compromisso político com os **excluídos** ou **marginamente incluídos**, a pesquisa restringe-se aos **filhos dos pequenos agricultores**.

A pesquisa assume a teorização de Aued (1990), Ianni (1992 e 1993) e Jantsch (1997) no que diz respeito à dissolução do mundo (especificamente ou ainda) agrário. Considera, ainda, como central na problematização da formação do Técnico em Agropecuária a revolução científico-tecnológica em processo (entre outros Frigotto, 1989 e 1996; Goodman e outros, 1990; Schaff, 1992), associada à economia política de caráter neoliberal e que redimensiona(m) substancialmente o mundo do trabalho, com conseqüências drásticas para o trabalhador em questão.

Ante o atual contexto e as contribuições da comunidade científica (cf. acima) assumidas, o estudo e a explicitação da inserção do Técnico em Agropecuária filho de

pequeno agricultor ganha, nessa perspectiva, relevância social. A relevância acentua-se na medida em que o caráter público e gratuito das Escolas Agrotécnicas e Agrícolas Federais está definitivamente ameaçado pela atual política governamental (entre outros o Decreto Lei 2208/97). Além disso, há de se considerar que o financiamento estatal, como definidor do caráter público, vem encontrando questionamentos.

Informa-se que a montagem da amostra da pesquisa em questão obedece ao princípio da representatividade, sendo que dentre os alunos entrevistados verifica-se que: a média de idade é de 22 anos; 75% dos entrevistados estavam solteiros; 91,6% são do sexo masculino e todos eram filhos de pequenos agricultores quando ingressaram no Colégio Agrícola de Camboriú. Neste sentido, o número de informantes traduz a homogeneidade/heterogeneidade da categoria profissional, bem como a sua procedência.

2 A DISSOLUÇÃO DO RURAL E A TENSÃO RURAL-URBANO VIVIDA PELOS TÉCNICOS EM AGROPECUÁRIA ORIUNDOS DAS PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS FAMILIARES

Conforme Aued (1990, p. 138):

Hoje, também podemos ir mais adiante em nossas afirmações que outrora poderiam ser consideradas heresia: **a terra não é mais necessária (...)** ou só é minimamente necessária porque o novo padrão de produção redefine radicalmente a sua utilidade enquanto um dos componentes fundamentais do processo produtivo (grifo nosso).

A área agrícola, antes a base da economia do país, vem sofrendo os impactos do uso das novas tecnologias, do processo (hoje acentuado) de globalização, da falta de uma política agrária e econômica (Abramovay, 1992 e Jantsch, 1997) adequada às suas necessidades. Associado a isto e considerando-se como real a afirmação acima de Aued, a vida profissional do Técnico em Agropecuária está desafiada a uma redefinição radical. Os fatos constatados na pesquisa revelam **um meio tradicionalmente rural em desconstrução** e conseqüentemente **uma necessária inserção urbanizada do Técnico em Agropecuária no mundo do trabalho**. Dentre os muitos dados disponíveis, destacam-se os seguintes:

A - À época das entrevistas (junho de 1998), apenas 33,4% dos egressos do Curso de Técnico em Agropecuária estavam exercendo atividades na propriedade familiar. Para além disto, ressalta-se o fato de que tão somente a metade dos que retornaram ao meio rural o fizeram por opção, tendo por base as condições favoráveis oferecidas pela família. Isto posto, somente 16,7% dos egressos puderam, face à conjunção da opção e das

condições objetivas existentes devido a uma renda paralela à produção especificamente rural, apostar o seu futuro profissional no meio rural (não necessariamente reduzido à produção propriamente rural).

B - Há de se mencionar que apenas 41,6% dos ingressantes no referido colégio tinham a intenção inicial de retornar à propriedade rural. Tal número encontra coerência quando constata-se que, à época da pesquisa, 66,7% dos egressos afirmaram que, quando da sua formatura, não mais desejavam voltar para o meio rural. Para os que são provenientes do meio rural, buscar trabalho no meio urbano pode apresentar-se como uma possibilidade de fuga das dificuldades enfrentadas por seus antecessores. A radicalidade do que informa-se, porém, está no **estrangulamento do rural** enquanto espaço de satisfação das necessidades da existência humana tomada em sua totalidade, assim expressa por Marx & Engels (1996, p. 39):

Os homens devem estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas para viver é preciso antes de tudo comer, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação da própria vida material.

C - O êxodo rural tem se apresentado como uma das conseqüências destas (precárias) condições encontradas no meio tipicamente rural. Quanto ao estado de Santa Catarina, que apresenta 27% de sua população vivendo no meio rural (Zoldam, 1997), constatou-se que entre os anos de 1985 e 1995 houve uma baixa de 20% nos índices populacionais do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais. Estes dados expressam a mesma tendência das informações colhidas junto aos egressos do Colégio Agrícola de Camboriú, quais sejam: num período de três anos (1992 a 1995), 16,6% de suas famílias viram-se forçadas a deixar o meio rural devido às condições precárias de sobrevivência que vinham enfrentando. Sem ter condições para dar continuidade à atividade agrícola ou para desenvolver outro tipo de projeto que tornasse possível a permanência no meio rural, o êxodo para o meio urbano se torna inevitável. A falta de acesso ao incremento tecnológico, indispensável à sobrevivência no mercado consumidor agropecuário, tem se apresentado como um dos principais fatores contributivos para a não permanência destas famílias no campo.

D - Uma constatação: 75% dos egressos alegaram que a busca de estabilidade financeira estava diretamente ligada ao mercado de trabalho do meio urbano. Este número ganha contundência na medida em que 83,3% dos egressos revelaram ter buscado no Colégio Agrícola de Camboriú uma forma de sair da precariedade do meio rural e encontrar outras alternativas de trabalho, seja na propriedade rural (enquanto trabalhador especializado e não enquanto pequeno e precarizado agricultor) ou no meio urbano. Cabe mencionar algo que potencializa, pelo menos em termos, a saída do meio rural: se por um lado o Colégio Agrícola de Camboriú representa, "por si só", esta possibilidade, por

outro, o mesmo se localiza em um espaço urbano e litorâneo, o que, conforme os egressos entrevistados, constitui-se em um fator propiciador da primeira e problemática inserção no mercado de trabalho urbano (conforme quadro 01).

Quadro 01: Desemprego e Mobilidade no Emprego dos Recém Técnicos em Agropecuária.

T. A.	MOBILIDADE NO MERCADO DE TRABALHO	TEMPO DE DESEMPREGO APÓS FORMATURA
01	Técnico em Agropecuária (TA), agricultor	1 ano 2 meses
02	Balconista**, almoxarife, frentista, agricultor	3 meses
03	Agricultor	*
04	TA, comerciante	6 meses
05	Balconista, agricultor, TA	1 ano 3 meses
06	Agricultor	*
07	Vendedor, agricultor, balconista	9 meses
08	Agricultor, TA, estagiário (biblioteca)	1 ano 1 mês
09	Balconista, conferente, agricultor	1 ano
10	TA, vendedor	3 meses
11	Balconista, conferente	-
12	Agricultor	*

* Após a formatura o referido egresso do Colégio Agrícola de Camboriú voltou para a propriedade rural.

** Os formandos que exerceram a função de "balconista", o fizeram nas mais diversas áreas, tais como: em padarias, lojas de material agropecuário, de pesca, de roupas, etc.

E - Embora a primeira inserção no mundo do trabalho no meio urbano seja, de fato, problemática, devido ao caráter precário das relações de trabalho (contrato temporário, deslocamento real do eixo de sua formação e/ou no contrato de trabalho, a submissão às condições infra-estruturais precárias de vida, etc.), os egressos oriundos das pequenas unidades de produção rural encontram **objetiva e subjetivamente** vantagens na permanência no meio urbano.

F - Relativo às vantagens referidas acima, os dados informados pelos entrevistados inseridos no mercado de trabalho urbano, apontam uma remuneração média 117,5% superior à remuneração média daqueles que retornam ao meio rural. Além disto, há de se mencionar que as remunerações mínima e máxima daqueles inseridos no mundo do trabalho rural é de, respectivamente, 1,5 e 2,5 salários mínimos mensais, enquanto as

diferenças daqueles inseridos no mundo do trabalho urbano se situa entre 3,0 e 7,5 salários mínimos mensais. Considerando-se os números absolutos trabalhados, observa-se, até o momento, que, se a categoria dos Técnicos em Agropecuária encontra dificuldades para o cumprimento do seu piso salarial (fixado em 5,0 salários mínimos mensais e atingindo apenas uma média de 3,5 salários mínimos mensais), a parcela que atua no mundo do trabalho rural é a que contribui substancialmente para a média situar-se 30,0% abaixo do piso da categoria. O problema destes últimos aumenta quando constata-se que o seu piso salarial fica abaixo do menor salário percebido por aqueles que atuam no mercado de trabalho do meio urbano (conforme quadro 02).

Quadro 02: Situação Esquemática do Recém Técnico em Agropecuária no Mundo do Trabalho.

MEIO EM QUE ATUA	%	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	SALÁRIO MÉDIO	TIPO DE CONTRATO
Urbano	33,33	Fora da área TA	4,9 s/m	Com carteira assinada
Urbano	33,33	Na área TA	3,8 s/m	Com carteira assinada
Rural	33,33	Na propriedade rural	2,0 s/m	Sem carteira assinada

G - Diante destas contingências a própria família dos egressos, como observou-se em 84% dos casos, torna-se conivente com a decisão do(s) filho(s) em tentar outra opção de vida e de trabalho. Essa situação é resultado do reconhecimento de que não conseguem, por falta de condições objetivas, atender aos anseios dos filhos quanto à realização pessoal e profissional. A saída dos jovens rurais para o meio urbano (conforme quadro 03), numa tentativa de inserção no mundo do trabalho, é um dos fatores que tem contribuído sensivelmente para o que Abramovay e outros chamaram de

preocupante processo de envelhecimento do meio rural (...) que está fazendo do meio rural brasileiro, em escala crescente, um refúgio de aposentados que não conseguiram melhores oportunidades de vida nas cidades. (1997, p. 39) (grifos nossos)

Quadro 03: Pessoas Ocupadas, Por Situação De Domicílio, Segundo Os Grupos De Idade - Santa Catarina - 1990/1995.

GRUPOS DE IDADE (anos)	TOTAL		RURAL				URBANA			
	1995		1990		1995		1990		1995	
	v. abs.	%	v. abs.	%	v. abs.	%	v. abs.	%	v. abs.	%
10 - 14	91.653	130.934	71.629	78.2	86.911	66.3	20.024	21.8	44.023	33.7
15 - 24	632.319	610.606	308.845	48.9	205.258	33.6	323.474	51.1	405.348	66.4
25 - 39	794.827	1.021.119	306.530	38.6	280.713	27.5	488.297	61.4	740.406	72.5
40 - 49	324.258	409.367	127.082	39.2	124.640	30.4	197.176	60.8	284.727	69.6
50 - 59	185.613	237.267	83.176	44.8	88.617	37.3	102.437	55.2	148.650	62.7
60 e mais	80.871	136.648	47.752	59.1	65.182	47.8	33.119	40.9	71.466	59.2

FONTE: IBGE.

H - Embora a totalidade dos alunos tenha afirmado que o currículo escolar e a atuação docente não interferiram na decisão de voltar ou não ao meio rural, 75% dos egressos consideraram que a passagem pelo Colégio Agrícola de Camboriú criou condições objetivas e subjetivas que interferiram na sua decisão. Fato é que o Colégio não se limita à formação estrita de Técnicos (homens unilaterais) - conforme a nova política governamental para o ensino técnico - mas busca realizar uma formação omnilateral, conforme concebida por Frigotto (1996, p. 13-4):

No plano concreto de práxis, *o novo ensino técnico agrícola* [não se trata do Decreto Lei 2208/97] necessita construir a formação de um educando que seja, ao mesmo tempo, um técnico competente, tenha espírito e capacidade científica e senso crítico para integrar-se efetivamente como cidadão na definição a serviço de quem e de quantos está a ciência, a técnica e a produção. Trata-se de um processo educativo que tem uma perspectiva de desenvolvimento omnilateral do ser humano e que afirma as bases unitárias e universais do conhecimento e, ao mesmo tempo é laico e se efetiva na esfera pública.

I - As modificações decorrentes do Decreto Lei 2208/97 (ensino profissionalizante) implicam a desmobilização de uma estrutura educacional público-estatal, laica e de qualidade. No caso específico do Colégio Agrícola de Camboriú onde os alunos atendidos eram, em aproximadamente 50% dos casos, provenientes do meio rural, este espaço se apresentava como uma possibilidade de superação das dificuldades vividas na agricultura familiar. Com as novas diretrizes para o ensino profissionalizante, as escolas deixam de ofertar o sistema de internato e perdem a concomitância com o segundo grau, o que praticamente inviabiliza o acesso dos alunos do meio rural. Como afirma Militão, a título de aumentar o grau de abrangência da educação profissionalizante, o que o decreto conseguiu foi torná-la elitizada e dualista, "garantindo a inclusão dos incluídos" (1998, p. 116).

J - Diante do exposto e considerando as falas dos Técnicos em Agropecuária, não apenas o conjunto de famílias de pequenos agricultores está vivendo a superação impiedosa do real tradicionalmente rural (redimensionando o trabalho neste meio - ainda rural), como os Técnicos em questão encontram, na sua grande maioria, espaço profissional (embora precário e problemático - ver letra f) apenas no meio tipicamente urbano. Algumas falas são contundentemente ilustrativas a este respeito. Vejamos duas delas:

Fala 1- [A saída do campo] não foi questão de opção, foi questão de realidade, porque na roça tava apertando, né! Já não se conseguia mais a mesma renda, foi diminuindo cada vez mais, então daí a gente resolveu vim pro meio urbano. Hoje a situação

financeira tá muito melhor. A gente vive mais folgado, mais tranqüilo, né! [A mãe do egresso complementa: "Hoje eu vivo no céu!"].

Fala 2- Os pequenos agricultores que têm pouca quantidade de terra, não têm maquinário adequado para o trabalho, o justo é o jovem procurar dar uma saída. Ficando ali ele não vai morrer de fome, mas ele não terá futuro (...). Então, a saída é a saída dali mesmo. É estudar, pegar outra profissão.

3 PROVISORIAMENTE FINALIZANDO

A partir do exposto, reitera-se que o atual contexto em movimento contraditório e (re)definidor do mundo do trabalho não oferece perspectiva de futuro para o Técnico em Agropecuária na pequena e precarizada propriedade rural, de caráter familiar. Ressalta-se, no entanto, que o estrangulamento deste tipo de inserção no mundo do trabalho deve-se, entre outros, à atual e/ou falta de Estado para os pequenos agricultores. Ante uma tendência de afirmação do "Estado mínimo", trata-se de implementar o "mais Estado". No caso em questão, mais concretamente, ante a nova legislação restritiva do ensino profissional, trata-se de democratizar o ensino para os filhos dos pequenos agricultores. Mas não só isso. Mais Estado significa, para além da formação universal e de qualidade para os filhos dos pequenos agricultores, uma política público-estatal que viabilize a inserção qualificada dos Técnicos em Agropecuária no Mundo do Trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUED, Bernardete W. *Questão agrária: dilemas e paradoxos no acender das luzes do século XXI*. São Paulo: PUC, 1990. Tese Mimeo.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: UNICAMP, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. *Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios*. Chapecó/Brasília: EPAGRI e FAO, 1997.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 17-28, jan/jun. 1989.
- _____. Mudanças tecnológicas, crise social e a nova realidade do ensino agrícola. *Anais do IX EPEAAFRS - Encontro de Professores das Escolas Agrotécnicas e Agrícolas Federais da Região Sul*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

GOODMAN, David et al. *Da lavoura às biotecnologias - agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

IANNI, Otávio. *Sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

_____. *Notícias do mundo agrário*. Campinas: UNICAMP, 1993. Mimeo.

JANTSCH, Ari P. *Pequeno agricultor e racionalidade educativa*. Piracicaba: UNIMEP, 1997. Tese Mimeo.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MILITÃO, Maria N. S. A. Flexibilização da educação profissional. *Trabalho e Educação* - Revista do Nete, Belo Horizonte: n. 03, jan/jul. 1998.

SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*. 3. ed. São Paulo: UNESP, Brasiliense, 1992.

ZOLDAN, Paulo. In: Instituto CEPA/SC, *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina*, Florianópolis: 1997.